

A PAIXÃO NACIONALISTA AMERICANA

Bernardo Futscher Pereira

ANATOL LIEVEN

**America Right
or Wrong.
An Anatomy
of American
Nationalism**

Nova York,
Oxford University Press,
2004, 274 páginas

Largamente desacreditado na Europa bem pensante, o nacionalismo continua no entanto a ser, neste início do século XXI, a paixão política predominante e mais largamente difundida no mundo e o modo principal como os indivíduos se identificam simbolicamente às comunidades políticas em que se integram.

Ligado na sua génese ao conceito da soberania popular e, por essa via, ao ideal democrático, que constitui hoje a única matriz aceite de organização política do Estado, o nacionalismo é o cimento afectivo do Estado moderno, o sentimento de pertença a uma comunidade que lhe traça uma fronteira e torna possível governá-la com o consentimento dos governados, ou seja, com um mínimo de legitimidade.

DOIS TIPOS DE NACIONALISMO

Mas o nacionalismo, parte ideologia e parte emoção, é, como tal, propenso ao excesso e à cegueira – quando não ao crime, como o atesta a experiência europeia na primeira metade do século XX. Por isso há que distinguir entre dois tipos de nacionalismo: o nacionalismo megalotímico – daqueles que consideram a sua

nação superior às outras – e o nacionalismo isotímico – que considera a nação culturalmente distinta mas politicamente igual às outras nações.

A megalotimia é uma espécie de doença infantil do nacionalismo, particularmente perigosa quando se manifesta em estados na plenitude do seu poder, como é o caso das grandes potências europeias na transição para o século XX ou dos Estados Unidos hoje. Os danos provocados por esse tipo de nacionalismo exacerbado desacreditaram-no por completo na Europa. Por isso, o nacionalismo prevalecente hoje no velho continente é do tipo isotímico, privilegiando a cooperação internacional e não a exaltação mística dos traços e do destino nacionais.

Esta distinção é importante para compreender a análise do nacionalismo americano contida em *America Right or Wrong*, o corajoso e desassombrado livro do jornalista e intelectual britânico Anatol Lieven. A profunda convicção desde sempre ostentada pela nação americana na sua excepcionalidade e intrínseca bondade, a crença de que o *american way of life* é infinitamente exportável, a ideia de que todas

as nações do mundo só não se transformam em pequenos émulos da América porque não podem – todas essas características sobejamente conhecidas marcam os americanos de forma inconfundível como nacionalistas megalotímicos.

Esta característica do nacionalismo americano está em contradição com o credo ideológico dos Estados Unidos, que é democrático e igualitário. O carácter deste credo e o seu manifesto sucesso faz com que a convicção ostentada pelos americanos na superioridade do seu sistema político e económico tenha sido, durante longos períodos, vista mais como generosa do que ameaçadora e, por conseguinte, tolerada ou até mesmo endossada no estrangeiro. Com efeito, a crença na superioridade de uma nação, quando se baseia na convicção da superioridade de um sistema político democrático e igualitário, que recusa qualquer tipo de imperialismo e é portador de sucesso económico, será sempre mais aceitável do que se assentar em concepções raciais ou culturais intrinsecamente chauvinistas.

O LADO SOMBRIO DO NACIONALISMO AMERICANO

Todavia, este lado solar do nacionalismo americano co-existe com um lado sombrio, que se manifesta particularmente em momentos de crise, como sucede neste período ainda marcado pelas consequências devastadoras do 11 de Setembro. O livro de Lieven põe a descoberto esse lado sombrio, estabelecendo um contraste entre a tese americana – os valores humanistas, liberais e democráticos consagra-

dos na Constituição – e a antítese, um nacionalismo chauvinista, reaccionário e agressivo, eivado de sentimentos racistas, imbuído de desprezo e profundamente ignorante do estrangeiro.

Longe de se pretender neutra, a análise de Lieven é um verdadeiro grito de alarme perante a carga de preconceitos, cegueira e paixão ideológica que varreram os Estados Unidos após o 11 de Setembro. Lieven descreve essa febre nacionalista, analisando as suas raízes sociológicas e culturais bem como as suas manifestações políticas, em particular no que toca à política externa de George W. Bush, caracterizada por um unilateralismo arrogante e agressivo, que culminou na desastrosa decisão de invadir o Iraque.

Para Lieven, a adesão espontânea e fervorosa ao credo americano – que se manifesta, por exemplo, na veneração dos *founding fathers* ou na devoção à bandeira – encerra dois perigos: o conformismo intelectual e o messianismo. A crença na excepcionalidade e na pureza original da experiência americana faz os Estados Unidos oscilarem entre o isolacionismo e o messianismo, que são afinal duas faces da mesma moeda. Em fase messiânica, a ignorância (e a falta de curiosidade) por outras culturas leva, por exemplo, os Estados Unidos a imaginarem que a democracia se pode implantar de um dia para o outro, seja em que lugar for, como se fosse em terra virgem.

Estes traços do nacionalismo americano, comuns a democratas e republicanos, são criticados por ingénuos e potencialmente contraproducentes. Todavia, o alvo principal de Lieven é aquilo que ele chama os

demónios do nacionalismo americano ou, por outras palavras, o seu lado sombrio. O estilo paranóico, a idealização de um passado mítico, o pendor anti-intelectual, veiculados através de um discurso populista que estigmatiza «as elites da Costa Leste», são características deste lado sombrio do discurso e da paixão nacionalista norte-americana, abundantemente representados no actual Partido Republicano. A grande base de sustentação deste nacionalismo é o chamado «White South», bastião republicano profundamente marcado pela experiência da fronteira e pela influência das igrejas protestantes fundamentalistas.

O estilo paranóico caracteriza-se, por exemplo, pelos apelos à constante vigilância contra inimigos internos, pela insinuação de traição contra todos aqueles que não partilham as teses dominantes – bem patente na campanha de Bush contra Kerry – bem como pela profunda desconfiança relativamente a tudo o que é estrangeiro, que se manifesta, por exemplo, na caricata percepção da ONU como uma ameaça à independência e à soberania dos Estados Unidos da América.

O PODER DA RELIGIÃO

Poderoso contributo para a força explosiva desses sentimentos nacionalistas é o fervor religioso de cariz fundamentalista – termo aliás popularizado nos anos 20 por cultos protestantes radicais nos Estados Unidos – que constitui um dos principais traços distintivos dos Estados Unidos no mundo ocidental. Lieven põe em relevo a forma como esses movimentos religiosos, após meio século de eclipse como actores

importantes na vida política norte-americana – desde o fim da proibição da venda de álcool, no final dos anos 20 até ao princípio dos anos 80 – têm vindo progressivamente a ganhar força, sendo hoje uma influência dominante no Partido Republicano, graças à sua capacidade de mobilização e peso eleitoral. Segundo dados citados por Lieven, cerca de dois terços da população nos Estados Unidos são constituídos por cristãos activos (que vão à missa pelo menos uma vez por mês). Quarenta por cento da população acreditam que a Bíblia é literalmente verdade e outros 42 por cento estão persuadidos que a Bíblia é a palavra de Deus, embora não necessariamente verdade. Os cristãos evangélicos brancos constituem 23,1 por cento da população, os protestantes clássicos (metodistas, luteranos, etc.) 21,2 por cento, os católicos 27,3 por cento e os protestantes negros 7,6 por cento. Naturalmente que nem todos estes cristãos podem ser definidos – ou se definem a si próprios – como fundamentalistas. Estes constituem, todavia, uma parcela importante da população – entre 7 e 12 por cento – e a sua influência é desproporcionada por serem politicamente activos e organizados na chamada «Christian Coalition». Esses fundamentalistas distinguem-se, tal como os seus congéneres judeus e muçulmanos, por uma interpretação literalista dos livros santos, que vai ao ponto de procurarem impedir as escolas de ensinarem a teoria da evolução de Darwin, substituindo-a pelo «criacionismo», inspirado directamente do Livro da Génese. Essa tese foi aliás parcialmente caucionada pelo Presidente Bush, que

declarou recentemente que as escolas deviam oferecer aos alunos uma escolha entre estas duas teses, como se tivessem equivalente valor científico.

A identificação com Israel destes fundamentalistas cristãos e a sua hostilidade em relação ao Islão – conjugada com a influência do lobby pró-Israel – é, cada vez mais, um elemento essencial para compreender até que ponto a aliança entre os Estados Unidos e Israel está profundamente enraizada na sociedade americana, condicionando de forma decisiva toda a política dos Estados Unidos no Médio Oriente e a sua aceitação no mundo muçulmano. Essa identificação é tão forte que quem se atreva a criticá-la é logo estigmatizado como anti-semita. O alinhamento dos Estados Unidos com Israel – pois falar simplesmente de apoio já não faz justiça à situação – é um ponto central da política externa americana, sobejamente conhecido e cada vez mais independente da natureza da política israelita. Apesar de algumas tímidas tentativas por parte da Administração para adoptar, no plano discursivo, uma postura mais equidistante, na prática não escapa a ninguém a complicidade política entre o Likud de Sharon e o Partido Republicano agora no poder.

Este livro é perturbante porque põe largamente em causa a consoladora tese da fundamental identidade política e cultural entre os Estados Unidos e o velho continente. É certo que Estados Unidos e Europa são herdeiros de uma mesma matriz cultural, cujas raízes se encontram no Iluminismo. Todavia, nos tempos que correm, uma afirmação deste tipo peca por demasiado generalista. É possível

argumentar que são tão marcantes as semelhanças como os contrastes entre uma Europa laica, pós-nacionalista e avessa ao militarismo e uns Estados Unidos profundamente religiosos, militantemente nacionalistas e apostados em conservar e ampliar a sua superioridade militar sobre o resto do mundo. É também inegável que o espectro político dos dois lados do Atlântico está longe de coincidir, estando situado muito mais à direita nos Estados Unidos da América.

TEMIDOS E ODIADOS

Lieven escreve este livro com paixão, para tentar compreender como é que os Estados Unidos, neste início do século XXI, desperdiçaram a oportunidade para consolidar o seu papel de liderança internacional, como potência hegemónica benigna e relativamente bem aceite, para se transformarem num país temido e odiado por grande parte do mundo, visto não como um garante mas como uma ameaça à ordem internacional. A sua análise procura explicar como o genuíno fervor patriótico dos norte-americanos se transformou, sob o impacto do 11 de Setembro, e alimentado pelo ressentimento social contra a modernidade, pelo fundamentalismo religioso e pela ignorância e o preconceito contra o estrangeiro, num nacionalismo chauvinista e agressivo.

Não desesperemos, contudo. Uma das principais virtudes da democracia é a sua capacidade de adaptação e autocorreção. Os demónios do nacionalismo americano, soltos pelo 11 de Setembro, são afinal de contas contrabalançados por uma sólida

fé na decência, na liberdade, no respeito pelos direitos humanos e na democracia. Noutras ocasiões da história – designadamente nos anos 20 e nos anos 50 – os Estados Unidos foram acometidos por semelhantes febres que com o tempo passaram. À medida que os resultados da

aventura iraquiana são absorvidos, é possível ter esperança num movimento de reacção e autocrítica que restaure à política externa americana uma maior moderação, realismo e respeito pelas opiniões alheias. **RI**

LISBOA, 7 DE AGOSTO DE 2005

DIPLOMACIA AMERICANA

“É difícil aceitar o estranho ‘misto’ que constitui a história humana, que nunca nos dá nem causas impecáveis, nem um mal absoluto e que também nunca separa a rivalidade dos estados ou dos partidos da das ideias. Desse modo, a diplomacia dos Estados Unidos é ameaçada ora pelo cinismo, ora pela hipocrisia.” **RI**

Raymond Aron, *Les Guerres en Chaîne* (1951), p. 118.